

Cartilha Popular: uma Proposta de Gênero Discursivo a Partir da Ciência Popular

*Popular booklet: a proposal for a discursive genre
based on popular science*

*La cartilla popular: una propuesta de género
discursivo basado en la ciencia popular*

Melissa Salinas Ruiz

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Bolsista PDJ do NAPI Alimento e Território - Fundação Araucária
Melissa.salinas.ruiz@gmail.com

César Andrés Alzate Hoyos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Bolsista PDJ do NAPI Alimento e Território - Fundação Araucária
csalzate@gmail.com

Daniela Celuppi

UNICAFES Paraná
daniela-celuppi@hotmail.com

Resumo: Objetiva-se apresentar a possibilidade de se pensar em uma nova proposta de gênero discursivo: a cartilha popular, a partir de reflexões decorrentes do processo de elaboração da cartilha *Cooperativismo: questões fundamentais*. Este material é resultado da pesquisa-ação-participativa praticada na interface universidade-território, estabelecendo uma cooperação entre o programa Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação – NAPI Alimento e Território, e a União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES-PR. Para dita construção, o texto foi dividido em três momentos: a) entender a cartilha popular como gênero discursivo, o

que significou pensar seu conteúdo temático; b) ressignificar o *popular* como categoria de transformação, e não como uma condição comunitária inferiorizada ou negligenciada; c) refletir sobre o estilo e conteúdo na produção discursiva da cartilha popular. Resultando numa proposta de (co)criação de interlocução muito mais horizontal e dialógica com as necessidades dos sujeitos e os objetivos de (in)formação aqui propostos.

Palavras-chave: Cartilha popular. Gênero discursivo. Ciência popular. Pesquisa-ação-participativa.

Abstract: The objective is to present the possibility of reflecting on a new proposal of discursive genre: the popular booklet, based on considerations made during the elaboration process of the booklet “Cooperativism: fundamental issues”. This material results of participatory action-research practiced at the university-territory interface, establishing a cooperation between the *Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação – NAPI Alimento e Território*, and the *União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES-PR*. For this construction, the text is structured in three moments: a) understanding the popular booklet as a discursive genre, therefore reflecting on its thematic content; b) re-signify the popular as a category of transformation, and not as an inferiorized or neglected community condition; c) reflect on the style and content in the discursive production of the popular booklet. Resulting in a proposal for the (co)creation of a much more horizontal dialogue with the needs of the subjects and the objectives of (in)formation proposed here.

Keywords: Popular booklet. Discursive genre. Popular science. Participatory-action-research.

Resumen: Se presenta aquí la posibilidad de pensar en una propuesta de nuevo género discursivo: la cartilla popular, a partir de las reflexiones derivadas del proceso de elaboración de la cartilla “Cooperativismo: cuestiones fundamentales”. Este material es el resultado de una investigación-acción participativa practicada en la interfaz universidad-territorio, estableciendo una cooperación entre

el programa *Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação* – NAPI Alimento y Territorio – y la *União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária* – UNICAFES-PR. Para ello, el texto se dividió en tres partes: a) entender la cartilla popular como género discursivo, lo que significó pensar en su contenido temático; b) resignificar lo popular como categoría de transformación, y no como una condición comunitaria de inferioridad o siendo simplemente ignorada; c) reflexionar sobre el estilo y el contenido empleado en la producción discursiva de la cartilla popular. Esto resultó en una propuesta de (co)creación de interlocución mucho más horizontal y dialógica con las necesidades de los sujetos y los objetivos de (in)formación aquí propuestos.

Palabras clave: Cartilla popular. Género discursivo. Ciencia popular. Investigación-ação participativa.

Introdução

Os Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPI) são uma iniciativa financiada pela agência de fomento Fundação Araucária no Paraná, dos quais o NAPI – Alimento e Território se destaca como iniciativa interinstitucional, interinstitucional e intergeracional que congrega instituições de ensino, organizações da sociedade civil e demais atores sociais para promover desenvolvimento territorial com base no incentivo à produção e comercialização de alimentos agroecológicos, pelo viés da ciência popular praticada na interface universidade-território (Saquet, 2022).

Uma das cooperações realizadas pelo NAPI supracitado, no Sudoeste do Paraná, é com a UNICAFES – Paraná, pois esta é uma Organização Não Governamental que realiza ações em favor do fortalecimento do cooperativismo solidário, com ênfase em ações pensadas e estruturadas a partir do território, para fortalecimento de iniciativas locais.

Um dos âmbitos de cooperação entre o NAPI e a UNICAFES Paraná se deu durante a elaboração da cartilha “Cooperativismo: questões fundamentais” (2023), construção orientada desde a ciência popular e que, por razões que serão expostas adiante, levam-nos a identificá-la como uma proposta distinta ao convencional gênero de cartilha. Nesse sentido, este trabalho apresenta o que seria o gênero *cartilha popular* a partir da análise da cartilha coproduzida por NAPI e UNICAFES-PR, evidenciando a importância que percebemos neste gênero específico.

Materiais e métodos

Por se tratar de uma iniciativa voltada à promoção do desenvolvimento territorial de base popular, a construção da cartilha “Cooperativismo: questões fundamentais” (2023) se orientou na pesquisa-ação-participativa (IAP), metodologia que orienta a atuação do NAPI e que encontra profunda sinergia com as ações de inserção local para o desenvolvimento territorial da UNICAFES Paraná.

Cichoski *et al.* (2023) identificam seis fases na metodologia IAP, quais sejam: autenticidade e compromisso (fase 1), antidogmatismo (fase 2), devolução sistêmica (fase 3), retorno aos intelectuais orgânicos (fase 4), ritmo de reflexão-ação (fase 5) e ciência modesta e popular (fase 6). A seguir aprofundaremos em cada um destes, a fim de evidenciar como nossa atuação convergiu em cada uma das fases.

Inicialmente, as “Interações respeitadas e disciplinadas com o objetivo de auxiliar os movimentos de base” presentes na fase 1 da IAP (Cichoski *et al.* 2023, p. 6) se fazem evidentes pela trajetória tanto do NAPI quanto da UNICAFES Paraná, cujas ações se orientam através do diálogo horizontal com os sujeitos na promoção de desenvolvimento territorial socialmente justo, apto a valorizar a agricultura familiar e o cooperativismo no Paraná. Na mesma seara, a “construção de uma ciência que parta das bases a partir de relações humildes, inclusivas” (*id.*) da fase 2 resulta do modo como NAPI e UNICAFES Paraná buscam a valorização de camponeses e camponesas na construção de soluções para seus problemas reais.

Nota-se na criação da cartilha o “movimento de desalienação e formação de conhecimentos para os diferentes níveis de alfabetização e condição social” (Cichoski *et al.* 2023, p. 6) – pertencente à fase 3 da metodologia IAP –, através do cuidado em transmitir ao público leitor as ferramentas necessárias para acessar os materiais referenciados no texto. Exemplo disto são as orientações para ler a letra da lei, com explicações sobre o que é o caput de um artigo, incisos e parágrafos, conhecimento que usualmente não se encontra ao alcance da população camponesa, por exemplo, a qual não costuma acessar espaços de letramento jurídico.

Sobre a fase 4, as “interações em campo identificando os problemas reais que envolvem as bases populares” decorreram do constante trabalho de campo realizado pelo NAPI e pela UNICAFES Paraná. Através dele, foi possível dialogar diretamente com agricultores e agricultoras familiares, conhecendo suas principais dificuldades, e adquirindo ciência do quão importante é para eles ter um material orientativo sucinto e de leitura facilitada. O tema da cartilha também é fruto dessas interações, já que estudos realizados por integrantes da UNICAFES Paraná e do NAPI Alimento e Território constataram que “a cooperação tem proporcionado aos agricultores familiares melhores condições para inserção na sociedade e nos mercados, superando as inseguranças” (Zanco; Corbari; Alves, 2019, p. 52).

Na fase 5 da metodologia IAP, Cichoski et al. (2023, p.6) mencionam “a construção do conhecimento em espiral (do simples ao complexo)”, o qual se percebe na cartilha através do uso da linguagem adaptada à realidade de quem lê – evitando-se o uso de jargões, por exemplo –, e direta para abordar temas complexos, como o Direito Societário (que trata da formação de cooperativas).

Por fim, a “postura do investigador, humilde para ouvir os diferentes discursos construídos nos diversos contextos culturais” (Cichoski et al. 2023, p. 6) perpassa todos os momentos de colaboração entre NAPI e UNICAFES Paraná. Afirma-se nesse sentido pois há consciência da importância de produzir materiais aptos a minimizar a desigualdade social sofrida por camponeses e camponesas, resultado de inúmeros fatores, sendo o pouco acesso a diferentes tipos de letramentos (conforme explicaremos no seguinte tópico) um deles.

A cartilha foi elaborada em conjunto por pesquisadora bolsista de pós-doutorado júnior (financiada pela Fundação Araucária/SETI) do NAPI e pela assessora de formação da UNICAFES Paraná, a partir de experiências em campo com agricultores e agricultoras familiares, bem como visitas a cooperativas da agricultura familiar integrantes do Sistema UNICAFES/FECAFES. Muito embora não tenha sido possível criar um grupo focal para a criação da cartilha, acredita-se que o constante diálogo de NAPI e UNICAFES Paraná com os sujeitos populares permitiu criar um material de base popular, orientado a partir de problemas percebidos no contato direto com os sujeitos, levando em consideração também seus relatos e opiniões sobre como deve ser uma cartilha e, claro, dentro das propostas previstas de retroalimentação do material editado.

Resultados e discussões

A cartilha popular como gênero discursivo

Antes de caracterizar o que seria o gênero cartilha popular, parece-nos relevante situar o contexto que nos motiva a apresentar esta proposta de gênero discursivo, contexto este que é teórico, mas também prático, focado na práxis transformadora. Para tanto, levamos em consideração o papel da escola – formativo e informativo, onde valores são incorporados ao

mesmo tempo em que se adquire o saber formal –, e uma problemática questão: o que pode ser feito para sanar as consequências que o pouco – ou nenhum – acesso à educação formal gera para as classes populares?

Considerando como pilares da ciência popular o compromisso com a transformação cultural, social e política, calcada no desenvolvimento solidário e justo realizado com respeito às particularidades dos territórios, indagamos: quais práticas letradas contribuem para a transformação social? Indo além, como podemos possibilitar práticas de letramento fora da sala de aula?

Como mencionamos ao localizar de onde falamos, tanto a academia como organizações da sociedade civil podem estar à serviço do povo – agindo para combater/mitigar suas dificuldades –, e com o povo – recorrendo primeiro a este ao construir as estratégias de enfrentamento (Saquet, 2022). Nesse sentido, promover práticas letradas emancipadoras com classes populares implica na seleção do que se pretende transmitir, para quem, como fazê-lo e com qual finalidade.

Tendo em vista o interesse em produzir conhecimento profundamente calcado no que é palpável, concreto, recorreremos à Bakhtin – cuja compreensão de língua se sustenta na dialogia, isto é, no uso concreto que sempre ocorre na interação –, para trabalhar a transmissão do saber através de elaborações linguísticas que, por sua regularidade, permitem trabalhar o conhecimento de forma contextualizada. São os chamados gêneros do discurso (Bakhtin, 1997).

Segundo o autor, mais do que recorrer à lexicografia ao elaborar um enunciado, os sujeitos recorrem aos enunciados contidos em gêneros discursivos ao se comunicar. Portanto, discorrer sobre gêneros discursivos – e ponderar sobre o surgimento de novos, como aqui fazemos – dá-se a partir da crença no potencial criativo e transformativo da linguagem, já que toda atividade humana se efetiva através dela (Faraco, 2009).

No que tange ao surgimento de novos gêneros, Pizzani e Riolo comentam que “considerando que a sociedade muda no decorrer do tempo, é necessário que a língua acompanhe essas transformações [...] consequentemente, novos gêneros vão aparecer [...]” (2013, p. 104).

Passamos à discussão de nossa proposta do gênero discursivo cartilha popular, levando em consideração os elementos constituintes de sua

dimensão verbal - conteúdo temático, estilo e construção composicional -, e extraverbal - o horizonte espacial comum dos interlocutores; o conhecimento e a compreensão comum da situação por parte dos interlocutores; e sua avaliação comum da situação (Bakhtin, 2003). Essa problematização será feita a partir da análise da cartilha popular Cooperativismo: questões fundamentais (Celuppi; Ruiz, 2023), construída em cooperação entre UNICAFES - Paraná e o NAPI - Alimento e Território, comentando especificamente sobre os elementos constituintes desse enunciado.

A fim de facilitar a exposição sobre o conteúdo temático dessa cartilha popular, elaboramos o seguinte quadro:

Conteúdo temático	
Qual é o conteúdo temático presente no enunciado?	No enunciado cartilha popular encontramos uma exposição sucinta sobre cooperativismo, abrangendo seu surgimento, as principais legislações que o regulamentam no Brasil, seus princípios e o vínculo da UNICAFES-Paraná e do grupo de pesquisa NAPI - Alimento e Território com o tema.
Que interdiscursos são possíveis identificar? Como eles se revelam no texto?	O enunciado entremeia distintos discursos. O discurso legislativo aparece através da menção às leis que regulam o cooperativismo no Brasil. Por sua vez, os discursos acadêmicos se encontram na explicação sobre ciência popular e também na trajetória histórica do cooperativismo. Também se encontra o metadiscorso, quando o(a) leitor(a) é convidado(a) a se aprofundar nos conteúdos acessando links da web.
Como os interdiscursos se colocam diante do tema?	Os interdiscursos se organizam de maneira a que o(a) leitor(a) perceba o vínculo entre o enunciado e a sua realidade, fornecendo as bases para que consiga visualizar a importância do cooperativismo e compreender como funciona na prática.
Há marcas de intertextualidade? Quais? Por que se recorre a outros textos?	A intertextualidade é feita com textos acadêmicos, legislações, páginas web e produções da UNICAFES. Ela acontece para demonstrar que o conteúdo da cartilha surge a partir da pesquisa e/ou prática.

Quadro 1 - Conteúdo temático

Fonte: Autores (2024)

Sucintamente, podemos resumir afirmando que o tema da cartilha popular será algum conteúdo informativo voltado à resolução de problemáticas profundamente vinculadas às necessidades concretas dos sujeitos, com acentuado viés emancipatório. Assim, à diferença do gênero cartilha convencionalmente produzido para que o leitor reflita sobre um tema e mude seu comportamento (Bacelar, 2009), na *cartilha popular* as

soluções são construídas co-participativamente para transformar a realidade social, minimizando desigualdades. Nesse sentido, indo além da “equipe multidisciplinar” designada para elaboração das cartilhas convencionais (Pizzani; Riolo, 2013), na cartilha popular não se hierarquizam saberes, recorrendo-se ao povo para sua elaboração, seja diretamente – através de rodas de conversa – ou indiretamente – quando quem produz a cartilha o faz a partir de diálogo com o povo realizado previamente.

O popular como uma categoria com potencial de transformação

Para esta abordagem teórico-conceitual, uma práxis adjetivada como territorial e popular, requer centralizar o povo enquanto categoria analítica para entender o popular como uma potência de transformação, que se, por um lado, sintetiza subjetivações histórico-ancestrais e culturais desenvolvidas no plano cotidiano, por outro lado, é um produto histórico. Este resultado contém, para autores como Dussel (1988), as categorias de classe e raça, porém, a importância da categoria povo como sujeito histórico-coletivo está na configuração da classe explorada num dado sistema, e, ao mesmo tempo, é uma categoria de exterioridade porque “[...] o oprimido, como pessoa, como homem (não como assalariado), como trabalho vivo não objetivado, pode ser ‘pobre’ (singularmente) e ‘povo’ (comunitariamente)”, assim como a classe é o subsumido (no capital), “[...] o povo é a condição comunitária do oprimido como exterioridade” (Dussel, 1988, p. 61-63; grifos do original).

Nossa abordagem é diametralmente oposta às abordagens tradicionalmente europeias e anglo-saxônicas sobre a linguagem popular, como foi analisado por Achard-Bayle e Paveau (2019), em que o popular na literatura francesa¹ relaciona-se mais com a epistemologia do senso comum, com saberes “ainda” não legitimados pela ciência, sem verificação lógica, presumidamente espontâneos, ingênuos, ordinários e profanos (ou *folk* nas denominações anglo-saxônicas). É como se a linguística popular, junto com a ciência popular entrassem num “buraco” do senso comum, onde imperam as experiências, as interpretações, as crenças e os desejos, do mito e da cosmologia, primitivo e inferiorizado, fundado (colonizado) pela

¹ Estudo Baseado na revista francesa *Pratiques: linguistique, littérature e didactique*, número 139/140, em dezembro de 2008

modernidade e sua legitimidade como ciência ocidental e sua interpretação unívoca: a verdade.

E claro, a concepção do popular aqui alavancada não subordina a linguagem popular num papel, que, se reconhecido como importante, só ocupa um lugar tributário de uma linguagem dos *experts*, ou eruditos. Como sublinham Achard-Bayle e Paveau (2019, p. 4260), esta linguagem diferencia-se da linguagem acadêmica ou científica por ser um saber espontâneo sobre o mundo, “é constituído de saberes empíricos, não suscetíveis de verificação lógica”.

Como frisam Salcido e Sandoval (2016), resgatando e refletindo sobre o legado de Hugo Zemelman, a construção epistêmica do sujeito parte de uma potencialidade e não de uma determinação, pois este é “[...] irreduzível à condição de objeto de estudo”, pelo contrário, o sujeito o entendemos como “[...] um projeto realizado por pessoas e coletivos [...]” (Salcido; Sandoval, 2016, p.13-14).

Este ponto é muito importante porque, quando pensamos numa “linguagem popular”, estamos partindo de uma epistemologia e práxis popular, e o “popular” aqui é uma categoria potencial de transformação da realidade, e não uma subordinação pragmática ou conceptualização residual do conhecimento “científico-moderno”, que posiciona o popular num lugar marginalizado, profano, desprovido de cientificidade e verdade. Longe disso, “o conhecimento certo tem que ser um conhecimento pertinente para os sujeitos sociais” (Salcido; Sandoval, 2016, p.15).

Desta maneira, e desde um ponto de partida metódico e metodológico, o problema epistemológico não pode ocultar ao sujeito atuante da relação de *o que* e do *como* da pesquisa, sendo assim, abordamos o popular/povo como categoria e não só como conceito, já que, o primeiro parte da necessidade situada do sujeito e a segunda da necessidade formalizada do conhecimento, do *logos* pelo próprio *logos*, o conhecimento *per se*. Acreditamos que esta escolha teórico-metodológica permitirá abrir uma porta para o inédito, inusitado e emergente.

Estilo e conteúdo na produção discursiva da cartilha popular

No que se refere ao *estilo*, a cartilha popular se caracteriza pela linguagem objetiva e orientativa, com ênfase no potencial de aprofundamento, como se apresenta na Figura 1.

Além dos elementos estilísticos que usualmente caracterizam o gênero cartilha - “vários recursos visuais, como desenhos e cores, com variadas formas” (Pizzani; Riolo, 2013, p. 107) -, a cartilha popular se destaca pelas orientações com viés emancipatório, compreendidas como as que não se limitam a indicar a fonte, explicando como realizar o percurso que leva ao conteúdo original citado. Parte-se, portanto, do entendimento de que o sujeito popular tem potencial de acessar o conteúdo na íntegra se assim o desejar, sendo-lhe fornecidas orientações porque cientes de que possivelmente acessou menos espaços de letramento jurídico (no caso específico).

ORIENTAÇÕES PARA LEITURA DA CARTILHA

Para melhorar sua leitura desta cartilha, é importante saber:

Tudo o que consta aqui é fruto de estudo, pesquisa e/ou prática! As fontes estarão indicadas entre parênteses e/ou aspas (podendo ser livros, legislação, cartilhas da Unicafes, etc.) e estarão detalhadas ao final da cartilha;

As principais legislações que falam sobre o cooperativismo são a Constituição Federal (CF/88), o Novo Código Civil (2002) e a Lei do Cooperativismo (Lei nº 5.764/1971). Elas podem ser lidas na íntegra acessando o Portal da Legislação do Governo Federal!

<p>⓪ Ao ler as leis, você verá que elas se dividem em uma estrutura com parágrafos, incisos e alíneas. Os parágrafos são indicados pelo símbolo § e, quando existe mais de um, algarismos arábicos (1,2,3...). Eles trazem partes importantes de um artigo.</p> <p>Os incisos apresentam detalhes da lei, sendo divididos em algarismos romanos (I, II, III...).</p> <p>Por fim, as alíneas são classificadas por letras minúsculas (a,b,c...) e trazem ainda mais pormenores que são importantes (Glassman, 2017).</p>	<p>⓪ Várias legislações regem o cooperativismo porque algumas trazem aspectos mais gerais e outras mais específicos. A CF/88 traz - entre outros pontos-, princípios e regras que não podem ser desrespeitados por nenhuma das leis brasileiras. A Lei do Cooperativismo detalhará os aspectos relevantes sobre o tema que não estão em outras legislações mais gerais;</p>
---	---



Figura 1 - Orientações para leitura da cartilha

Fonte: CELUPPI; RUIZ (2023).

Na cartilha analisada, conforme Figura 1, os elementos estilísticos que se encarregam de explicitar as orientações são: figura de interrogação, uso de fontes distintas negritadas e/ou em itálico. Conseqüentemente, a construção composicional da cartilha popular dispõe o conteúdo verbovisual e os elementos estilísticos com atenção ao caráter orientativo enfatizado dentro da própria cartilha, através do tópico Orientações para leitura da cartilha (Figura 1). Neste, além do conhecimento necessário para uma leitura eficaz da cartilha, encontram-se orientações que promovem práticas de letramento com finalidade emancipatória, já que servirão de base para os sujeitos populares em outras práticas letradas de seu cotidiano (na cartilha em análise, é o que ocorre quando se explica como ler um texto legislativo).

No que se refere à exterioridade do gênero popular cartilha, observe-se o diagrama:

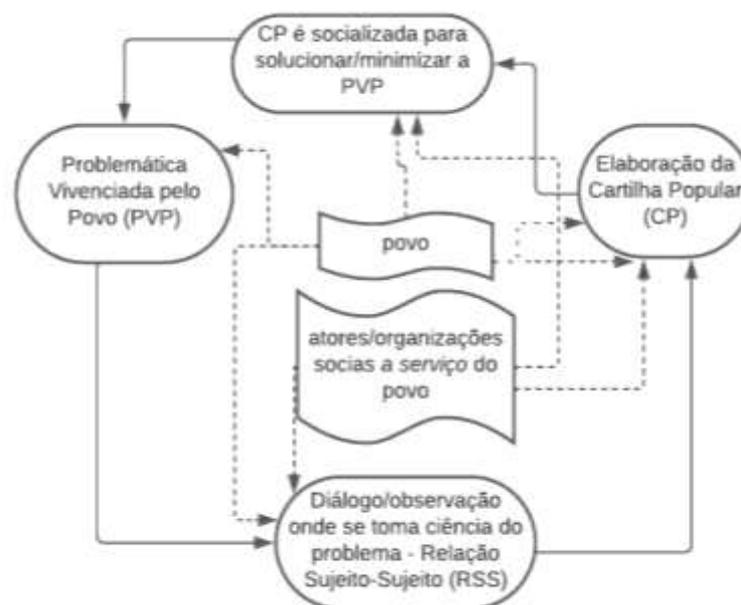


Figura 2 - Contexto de produção da cartilha popular

Fonte: CELUPPI; RUIZ (2023).

A síntese exposta explicita as dimensões sociais da cartilha popular, considerando-se o povo como “ponto de partida” já que é apenas através do contato com os sujeitos populares que se apreendem as reais dificuldades que vivenciam. Diante disso, temos um ciclo de retroalimentação, no qual o povo é o único ator social que está em todas as etapas da elaboração, seja contribuindo diretamente – através de rodadas de conversa concomitantes

à produção da cartilha –, ou indiretamente – quando a cartilha é criada por grupos de pesquisa ou organizações que trabalham com o povo.

Assim, o horizonte de expectativa da cartilha popular corresponde ao saber apropriado, incorporado na prática cotidiana e *que atendeu a uma demanda popular*. Neste ponto, a distinção é sutil, porém, necessária. A criação da cartilha popular surge de questionamentos práticos conforme *percebidos e elaborados pelo povo*, incorporando os conhecimentos *resultantes da cooperação entre academia e povo* para, então, *retornar ao povo, sanando ou minimizando* suas necessidades e indagações, a partir das suas demandas.

Considerações finais

No presente artigo partimos do resultado de uma experiência de cooperação entre a UNICAFES Paraná e o NAPI - Alimento e Território para discutir acerca do que identificamos como uma nova proposta de gênero discursivo, a cartilha popular. A importância dessa discussão se dá diante da relevância que a linguagem possui na sociedade, tanto por intermediar toda ação humana, quanto por ser fundamental para o exercício da cidadania e a reivindicação de direitos, o que só ocorre quando os sujeitos têm oportunidade de estabelecer um diálogo com os diversos tipos de letramentos existentes na contemporaneidade. Diante disso, a ênfase nos gêneros discursivos se dá pois é através destes que a linguagem se materializa nas práticas cotidianas de cada indivíduo (Brait, 2005).

Desse modo, a análise da cartilha Cooperativismo: questões fundamentais (Celuppi; Ruiz, 2023) pretendeu elucidar alguns pontos que consideramos fundamentais para definir o que é uma cartilha popular, destacando também porque é relevante recorrer ao estudo e (co)criação de gêneros discursivos na interface universidade-território solidária e popular. Concluímos que a solução dos problemas do povo começa somente a partir da cooperação entre atores verdadeiramente comprometidos com este (aqui representados pelo NAPI e pela UNICAFES-PR) e, tendo em vista a recorrente exclusão do povo do ambiente educacional, negligenciado frequentemente como sujeito (individual e coletivo) atuante de coprodução do próprio horizonte teleológico e teórico-metodológico de pesquisa, compartilhar

conhecimento por meio da (co)produção de cartilhas populares é uma alternativa bastante coerente e necessária a minimizar a desigualdade social resultante da pouca familiaridade com práticas letradas.

Referências bibliográficas

- ACHARD-BAYLE, G.; PAVEAU, M-A. *Linguística popular-a linguística 'fora do tempo'*: Definição, geografia e dimensões. Fórum Linguístico, v. 16, n. 4, p. 4257-4270. 2019.
- BACELAR, B. M. F.; PINHEIRO, T. S. M.; LEAL, M. F.; PAZ, Y. M.; LIMA, A. S. T.; ALBUQUERQUE, C. G.; EL-DEIR, S. *Metodologia para elaboração de cartilhas em projetos de educação ambiental em micro e pequenas empresas*. Recife (PE): Jepex, 2009.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 10.ed. São Paulo: Huditec, 1997.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BRAIT, B. (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.
- CAPELLI, C. ; NUNES, V.; OLIVEIRA, R. Transparência e transformação digital: o uso da técnica da linguagem simples. *Sociedade Brasileira de Computação*, 2021.
- CELUPPI, D.; RUIZ, M. S. *Cooperativismo: questões fundamentais*. 2023. (Em publicação)
- CICHOSKI, P.; RUBIM-OLIVEIRA, M.; CORONA, H. M. P. IAP e diálogos de saberes: sentipensando experiências socioambientais no Lugar. *Geographia Opportuno Tempore*, v.9, n.2, Dossiê Metodologias Qualitativas de Pesquisa e/ou Ação, 2023.
- DUSSEL, E. *Hacia un Marx desconocido*. Un comentario de los Manuscritos del 61-63. Ciudad de México: Siglo XXI, 1988.
- FARACO, C. A. *Linguagem & Diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- PIZZANI, A.; RIOLO, V. A multimodalidade contribuindo e influenciando no processo de letramento do gênero cartilha. *Cadernos do Círculo*

Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, v. XVII, n. 01, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2013.

SALCIDO, R; SANDOVAL, R. *El problema y el sujeto en la investigación: Metodología y epistemología crítica*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, Centro Universitario de Ciencias Sociales y Humanidades, 2016.

SAQUET, M. A. *Singularidades - um manifesto a favor da ciência territorial popular feita na práxis descolonial e contra-hegemônica*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022.

ZANCO, A.; CORBARI, F.; ALVES, A. F. Conexão entre agricultura familiar e cooperativismo. *In: Revista Orbis Latina*, v.9, n.1, Foz do Iguaçu/PR, jan./jun. 2019.

Melissa Salinas Ruiz

Possui graduação em Direito (2013) pela UNIOESTE, em Letras (2022) pela UNINTER, além de mestrado e doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela UNIOESTE. Atualmente é pesquisadora bolsista PDJ financiada pela Fundação Araucária/SETI do Estado do Paraná, atuando no projeto NAPI - Alimento e Território.

E-mail: melissa.salinas.ruiz@gmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2278057839277779>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7093-3215>

César Andrés Alzate Hoyos

Formado na Universidad Tecnológica de Pereira-Colômbia (2010) no programa de Gestão Ambiental. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho campus de Presidente Prudente, onde desenvolveu a pesquisa no tema de "Circuito econômico solidário através de práticas de inovação social numa abordagem territorial". Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho campus de Presidente Prudente, na linha de pesquisa Produção do Espaço Urbano . Pós-doutor pela UNIOESTE (2023) atuando junto ao NAPI Alimento e Território, financiado pela Fundação Araucária/SERI. Atualmente é bolsista pós-doutorado junior - PDJ_CNPQ no programa Sociedade, Cultura e Fronteiras - Unioeste, desenvolvendo atividades dentro do projeto NAPI Alimento e Território.

E-mail: csalzate@gmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9896048080635417>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3731-018X>

Daniela Celuppi

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS (2006), Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR campus Pato Branco. Atualmente, assessora de formação da Unicafes - Paraná, possuindo experiência nos seguintes temas: movimentos sociais, cooperativismo, juventude da agricultura familiar.

E-mail: daniela-celuppi@hotmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6584435872182667>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6103-7980>

Recebido para publicação em maio de 2024.

Aprovado para publicação em junho de 2024.